

ESTUDO Nº 33/2025

Estimativas do resultado primário de novembro e dezembro de 2025

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais¹

1.Consultores: Márcia Rodrigues Moura e Paulo Henrique Oliveira

1. ESTIMATIVA DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM NOVEMBRO DE 2025

A partir de dados preliminares extraídos do SIAFI, estima-se que o resultado primário do governo central no mês de novembro de 2025 foi deficitário em R\$ 16,3 bilhões. O número decorre de receitas líquidas de R\$ 169,4 bilhões, ante despesas de R\$ 185,7 bilhões¹.

Em relação ao mês de novembro de 2024, a receita total cresceu 3,3% em termos nominais: a arrecadação perfez R\$ 221,7 bilhões no último mês, enquanto foram auferidos R\$ 214,7 bilhões em novembro do ano anterior. As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) cresceram 9,6% em termos nominais (R\$ 144,8 bilhões em nov/25 contra R\$ 132,2 bilhões em nov/2024). A arrecadação líquida da Previdência teve desempenho ainda mais expressivo e aumentou 11,4%, de R\$ 52,1 bilhões para R\$ 58 bilhões. Receitas não administradas pela RFB, por sua vez, caíram significativamente: saíram de R\$ 30,4 bilhões em novembro de 2024 para R\$ 18,9 bilhões no mês passado, isto é, queda de 37,9%. Os principais destaques positivos na arrecadação mensal foram o IOF (47,7%), os royalties (24,5%) e o imposto de renda (13,7%). Por outro lado, concessões (-99,1%) e dividendos (-83,8%) apresentaram desempenho bastante aquém em relação ao ano anterior.

A despesa total cresceu nominalmente 7,8% em relação a novembro do último ano: os pagamentos efetivos alcançaram o montante de R\$ 185,7 bilhões em novembro/2025, enquanto em 2024 o gasto do mês atingiu R\$ 172,3 bilhões. As principais variações dentro do grupo das despesas obrigatórias foram na complementação da União para o Fundeb (20,3%), nos benefícios de prestação continuada (BPC) que se elevaram em 11,4% e nos benefícios previdenciários que cresceram 8,4%. As despesas sujeitas à programação financeira, por sua vez, cresceram 7,2%.

¹ Consultar Apêndice I para tabela com detalhamento.

2. DESEMPENHO ACUMULADO DE JANEIRO A NOVEMBRO

A arrecadação federal foi de R\$ 2.593,5 bilhões no período de janeiro a novembro de 2025, segundo informações preliminares do SIAFI. Em relação aos onze primeiros meses de 2024, cuja arrecadação foi de R\$ 2.387,5 bilhões, houve acréscimo nominal de 8,6%. Descontada a inflação, o crescimento real da receita até aqui aproxima-se de 3,9%.

As despesas do governo central de janeiro a novembro de 2025, inclusive transferências constitucionais, cresceram R\$ 219 bilhões em relação ao mesmo período de 2024 (passaram de R\$ 2.454,5 bilhões para R\$ 2.673,5 bilhões), o equivalente a 8,9%. Descontada a inflação, a despesa cresce em torno de 4,2% no presente exercício.

O déficit primário acumulado do governo central até novembro de 2025 é estimado em R\$ 80 bilhões, cerca de 20% pior do que o registrado em igual período de 2024. A meta de resultado primário para 2025 é de zero real, podendo ser cumprida com déficit de até R\$ 75,7 bilhões, considerando-se as exclusões permitidas e o limite inferior de tolerância.

O novo arcabouço fiscal (LC 200/23) previa que despesas crescessem no máximo 70% do crescimento real da receita e limitado a 2,5%. No entanto, o que se apura é despesas crescendo acima da receita e com variação real próxima a 4%.

O cumprimento formal do teto de gastos e também da meta de resultado primário só se dará em decorrência de flexibilizações aprovadas em lei².

Relevante observar que algumas despesas obrigatórias crescem acima da média geral: subsídios (38,3%), complementação do Fundeb (26,1%), sentenças (23%), BPC (15%), benefícios previdenciários (9,3%), abono e seguro desemprego (9,1%) e pessoal (9%).

² Ver a respeito Estudo Técnico nº 26/2025 – Exceções e ampliação dos limites de despesas primárias da Lei Complementar nº 200/2023 – Regime Fiscal Sustentável, disponível em <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos>.

3. PROJEÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2025

Nesse contexto, as projeções atualizadas³ da Conof, segundo Apêndice III, indicam, no cenário-base, receitas líquidas R\$ 26,9 bilhões abaixo do que constou na LOA 2025 e despesas primárias ligeiramente maiores (R\$ 5,6 bilhões). De tais estimativas resulta, assim, um resultado primário deficitário em 2025 de aproximadamente R\$ 62 bilhões, ou 0,5% do PIB.

³ Já considerando os dados preliminares de execução do mês de novembro/2025.

APÊNDICE I – RESULTADO PRIMÁRIO - NOVEMBRO/2025 – DADOS PRELIMINARES

R\$ milhões

	nov/24	nov/25
1. RECEITA TOTAL	214.661,5	221.708,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	132.174,6	144.832,7
1.1.1 Imposto sobre a Importação	7.787,1	7.420,6
1.1.2 IPI	7.727,9	7.969,4
1.1.3 Imposto sobre a Renda	55.171,3	62.719,2
1.1.4 IOF	5.934,6	8.762,8
1.1.5 Cofins	32.695,1	35.923,1
1.1.6 PIS/Pasep	8.222,1	7.165,2
1.1.7 CSLL	10.202,3	10.895,0
1.1.9 CIDE - Combustíveis	263,6	244,4
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4.170,6	3.733,1
1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	52.098,7	58.009,3
1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	30.388,2	18.866,6
1.3.1 Concessões e Permissões	4.731,9	41,7
1.3.2 Dividendos e Participações	7.763,3	1.256,7
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.640,2	1.903,8
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6.478,5	8.068,1
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.686,5	1.027,7
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	2.726,7	2.768,0
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	25,6	-
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.335,5	3.800,7
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	46.863,2	52.301,1
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	167.798,2	169.407,5
4. DESPESA TOTAL	172.301,2	185.702,4
4.1 Benefícios Previdenciários	73.143,9	79.314,9
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.268,4	33.367,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.371,1	25.307,0
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.680,4	3.923,7
4.3.2 Anistiados	16,5	20,7
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	3,0	0,2
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	69,7	88,8
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.663,0	10.760,1
4.3.5 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	25,6	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.942,5	468,3
4.3.8 FUNDEB (Complem. União)	4.040,6	4.859,1
4.3.9 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	312,5	306,9
4.3.10 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.496,8	1.620,79
4.3.11 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,06
4.3.12 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	434,3	919,34
4.3.13 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.105,1	1.814,20
4.3.14 Transferências ANA/ANEEL	195,9	192,90
4.3.15 Impacto Primário do Fies	- 42,7	-
4.3.16 Fabricação de cédulas e moedas	95,8	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	44.517,7	47.713,2
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.782,3	29.909,3
4.4.2 Despesas Discricionárias	13.735,4	17.803,9
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-4.502,9	-16.294,8

Fonte: Siafi. Elaboração própria.

APÊNDICE II – RESULTADO PRIMÁRIO – JANEIRO A NOVEMBRO/2025 – DADOS PRELIMINARES

	jan-nov/24	jan-nov/25	Var.
1. RECEITA TOTAL	2.387.478,6	2.593.511,5	8,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	1.535.643,7	1.684.675,7	9,7%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	70.071,7	82.766,2	18,1%
1.1.2 IPI	77.142,2	80.138,8	3,9%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	706.002,0	778.631,4	10,3%
1.1.4 IOF	61.111,7	77.575,9	26,9%
1.1.5 Cofins	336.168,1	355.120,1	5,6%
1.1.6 PIS/Pasep	94.943,6	96.624,0	1,8%
1.1.7 CSLL	157.020,4	166.848,9	6,3%
1.1.9 CIDE - Combustíveis	3.142,7	2.920,5	-7,1%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	30.041,3	44.049,8	46,6%
1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	557.811,7	617.592,0	10,7%
1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	294.023,2	291.243,8	-0,9%
1.3.1 Concessões e Permissões	8.988,8	5.473,8	-39,1%
1.3.2 Dividendos e Participações	49.052,1	39.344,2	-19,8%
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	17.014,8	16.218,2	-4,7%
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	110.779,7	123.105,1	11,1%
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	21.136,0	20.996,8	-0,7%
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	28.296,6	30.834,0	9,0%
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	71,9	145,1	101,8%
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	58.683,2	55.126,7	-6,1%
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	461.872,8	508.720,1	10,1%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.925.605,8	2.084.791,4	8,3%
4. DESPESA TOTAL	1.992.635,6	2.164.826,3	8,6%
4.1 Benefícios Previdenciários	865.611,2	945.886,8	9,3%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	326.659,7	356.039,9	9,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	323.438,1	358.683,3	10,9%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	76.206,4	83.105,1	9,1%
4.3.2 Anistiados	163,1	186,7	14,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	1.726,2	4.687,6	171,6%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	734,2	826,2	12,5%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	101.493,5	116.717,7	15,0%
4.3.5 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	71,9	145,1	101,8%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	16.423,5	5.728,4	-65,1%
4.3.8 FUNDEB (Complem. União)	43.503,6	54.868,5	26,1%
4.3.9 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	4.154,8	4.516,1	8,7%
4.3.10 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	16.493,3	16.827,5	2,0%
4.3.11 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	3.653,5	3.652,7	0,0%
4.3.12 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	33.964,7	41.767,4	23,0%
4.3.13 Subsídios, Subvenções e Proagro	15.271,2	21.118,2	38,3%
4.3.14 Transferências ANA/ANEEL	2.210,5	1.891,0	-14,5%
4.3.15 Financiamento de Campanha Eleitoral	4.954,7		-100,0%
4.3.15 Impacto Primário do Fies	1.357,0	1.763,1	29,9%
4.3.16 Fabricação de cédulas e moedas e impacto primário FIES	1.055,9	881,9	-16,5%
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	476.926,7	504.216,4	5,7%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	322.710,6	334.934,5	3,8%
4.4.2 Despesas Discricionárias	154.216,1	169.281,8	9,8%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-67.029,9	-80.034,9	19,4%
Memo:			
Bolsa Família	153.980,9	145.757,0	-5,3%
Emendas (individuais, de bancada e de comissão)	30.733,8	36.346,2	18,3%
Total de Investimentos	44.719,7	54.041,3	20,8%

Fonte: Siafi. Elaboração própria.

APÊNDICE III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL: PLOA 2025 X PROJEÇÕES CONOF

	R\$ bilhões			
	PLOA 2025	LOA 2025	Aval 5º Bi	Cenário Conof ¹
1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	2.907,8	2.930,3	2.922,0	2.903,5
1.1 Receita Administrada pela RFB	1.884,0	1.923,0	1.860,3	1.854,9
1.2 Incentivos Fiscais	-	-	-	-
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	713,9	697,3	712,2	709,9
1.4 Receitas Não Administradas pela RFB	310,0	310,0	349,6	338,8
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	558,7	570,2	579,4	570,3
3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)	2.349,0	2.360,1	2.342,7	2.333,2
4. DESPESA PRIMÁRIA	2.389,5	2.389,6	2.418,4	2.395,2
4.1 Benefícios Previdenciários	1.007,2	1.015,4	1.028,9	1.025,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	413,2	411,7	408,6	406,0
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	380,9	378,8	401,3	391,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	588,2	583,7	579,5	571,9
RESULTADO PRIMÁRIO - GOVERNO CENTRAL	-40,5	-29,5	-75,7	-62,0

(1) Projeções atualizadas, já considerando os dados preliminares de execução do mês de novembro/2025.